

Projeto-Resolução n.º 451/XV/1ª

Recomenda ao Governo que proceda à criação do Plano Nacional de Literacia
Alimentar e Ambiental

Exposição de motivos

A necessidade de existência de um equilíbrio entre a qualidade de vida e a qualidade do meio ambiente, é inequívoca, e compreender a relação estreita que existe entre estes dois conceitos reflete-se na capacidade que a sociedade em geral detém em compreender as interações permanentes entre o meio ambiente e o homem, e a sua dependência da disponibilidade de recursos naturais.

Esta compreensão deve revestir-se em conhecimento, e este por sua vez traduzir-se na capacidade que cada indivíduo tem de analisar, identificar e investigar opções disponíveis e realizar escolhas informadas, adotando atitudes e comportamentos responsáveis de compromisso e que, cumulativamente, promovam a sua autoestima.

Se por um lado a literacia alimentar é um pilar fundamental e assume-se como um instrumento chave para a prevenção de várias patologias ao nível do indivíduo, por outro a literacia ambiental não pode ser desta desassociada porque em termos globais a saúde das populações depende de inúmeros fatores nomeadamente problemas ambientais que possam comprometer a segurança alimentar, ou seja, comprometer o acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, equilibrados nutricionalmente, seguros e que permitam satisfazer as necessidades e preferências da população que se deseje ativa e saudável.

Sabendo que os hábitos de vida dos cidadãos são diretamente impactados pelo contexto económico-social do país, e que estes podem variar quase instantaneamente por fatores

externos, como foi o caso da pandemia COVID-19¹ e mais recentemente do contexto de guerra² e todas as consequências nefastas que daí advieram nomeadamente, o aumento do preço dos alimentos, é muito provável que a maior parte das famílias tenha já procedido a mudanças e ajustes nos seus hábitos alimentares.

É precisamente no decorrer de mudanças impactantes nas sociedades que os inquéritos devem ser regulares pois constituem uma importante contribuição de esclarecimento no campo da causa alimentar e ambiental e os resultados obtidos devem estar na base do planeamento de políticas públicas e no investimento e promoção da literacia quer de profissionais quer dos cidadãos, para que possam efetivamente resultar em benefícios para a saúde das populações e para a tão desejada sustentabilidade dos recursos naturais.

A Direção-Geral da Saúde, em 2012, estabeleceu como prioridade a criação do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS)³ pelo Despacho n.º 404/2012, integrado no Plano Nacional de Saúde. Na última década foram criadas orientações e mais recentemente publicadas de forma mais acessível diversos manuais e guias focados na alimentação⁴, mas sem qualquer sensibilização para a correlação entre hábitos alimentares, consumo e ambiente e para o facto de que a vida humana e animal são extremamente dependentes da disponibilidade de recursos naturais da terra e estes são limitados.

Acresce referir que o número de pessoas com excesso de peso ou obesas tem vindo a aumentar significativamente. As estimativas apontam que na próxima década 2,1 milhões de portugueses irão sofrer de obesidade ou doenças associadas e que isso se traduz diretamente numa subida da despesa em saúde que pode vir a representar 10,4⁵% do PIB nacional. O atual cenário de inflação afeta naturalmente os preços dos

¹ <https://www.dn.pt/sociedade/portugueses-revelam-mudancas-de-habitos-alimentares-devido-a-pandemia-14227484.html>

² <https://exame.com/economia/precos-dos-alimentos-bateram-records-em-2022-por-guerra-na-ucrania/>

³ <https://dre.tretas.org/dre/288689/despacho-404-2012-de-13-de-janeiro>

⁴ <https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/biblioteca/>

⁵ <https://www.dn.pt/sociedade/portugal-podera-ter-2-milhoes-de-obesos-em-2023-e-gastar-milhoes-de-euros-para-combater-a-doenca--15070249.html>

vegetais e fruta, o que poderá levar a que uma dieta saudável e equilibrada fique fora do alcance de mais pessoas.

Por outro lado, o fomento da literacia alimentar permite que as escolhas dos portugueses sejam realizadas com maior liberdade, incentivando ainda o consumo sazonal dos bens, evitando a modificação genética dos mesmos. Tal facto traduz-se na melhoria da qualidade dos bens alimentares e do seu valor nutricional, o que se repercute na saúde das populações, incentiva a proximidade aos produtores locais e diminui a pegada ambiental tanto da produção agrícola como da pecuária.

Dados recentes do Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde, da Universidade do Porto, demonstram que 1 em cada 10 estudantes do Ensino Superior manifestam ecoansiedade.⁶ Após o período pandémico, a OMS reconheceu que a comunicação alarmista dos eventos climatéricos torna-se num fator de risco para a saúde mental, principalmente em jovens. No debate público, tem sido ainda introduzida a ideia de que a vivência de estados de ansiedade por parte dos cidadãos devido à agenda climática, pode ser fundamental para a transformação de comportamentos.⁷ Esta teoria da “psicologia climática” nasceu nos EUA a partir duma tese de doutoramento que advogava a modulação psicológica das populações como meio para provocar alterações comportamentais em massa. No entanto, é amplamente conhecido os malefícios que a ansiedade imprime na saúde física e mental dos cidadãos. Face ao exposto, a promoção do conhecimento ambiental objetivo, despolitizado e com base em critérios científicos, revela-se fundamental para a tomada de decisões com liberdade e respeito pelo ambiente, ao invés da promoção do medo e das reações primárias humanas.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

⁶ [Expresso | Ecoansiedade: quase 10% dos alunos do ensino superior sentem-se ansiosos com as alterações climáticas](#)

⁷ [Ansiedade pode ser importante contra emergência climática, diz estudo | Clima | Um só Planeta \(globo.com\)](#)

1. Promova um inquérito nacional que identifique a situação real do país, em matéria de hábitos alimentares, escolhas e comportamentos que impactem no meio ambiente.
2. Proceda à criação do Plano Nacional de Literacia Alimentar e Ambiental, garantindo o acesso de forma transversal a informação relevante para a consciencialização e aconselhamento da população geral sobre as matérias.

Palácio de São Bento, 08 de fevereiro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa